



Malan: há menos dinheiro nas bolsas de valores para a privatização

Ágio das estatais cairá

Buenos Aires — O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ontem que a crise global das bolsas deve reduzir o valor do ágio que vinha sendo pago pelos investidores na privatização de empresas estatais brasileiras. “Houve perda de riqueza em todo o mundo e a liquidez do mercado hoje é menor”, disse o ministro, que passou o sábado na Argentina em contato com economistas e consultores para analisar os efeitos da instabilidade financeira internacional sobre a economia do Brasil e da região.

Malan assegurou, no entanto, que o governo vai manter o calendário das privatizações, que prevê o leilão do Banco Meridional no dia 4 de dezembro e a venda do Banespa no começo de 1998, além do início da desestatização do setor de telecomunicações ao longo do próximo ano. O ministro da Fazenda não acredita em diminuição do fluxo de investimentos externos no País. “Estamos na fase inicial de um ciclo de investimentos, e o mercado de quase US\$ 1,2 trilhão do Mercosul é bastante atrativo para os investidores”, observou.

O ministro afastou a possibilidade de assinar um acordo de assistência financeira com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para acalmar as expectativas do

mercado financeiro a respeito da capacidade do Brasil de continuar recebendo capitais externos. Ele assinalou que, com reservas de US\$ 53 bilhões, já consideradas as perdas de mais de US\$ 8 bilhões registradas em outubro, o País não tem necessidade de financiamento adicional. Segundo Malan, o Brasil tampouco precisa de aval do FMI para a política que vem seguindo para superar as turbulências do mercado.

CREDIBILIDADE

“Não temos déficit de credibilidade internacional nesta área”, frisou. “É difícil imaginar que o FMI poderia sugerir algo diferente do que já estamos fazendo”. Para o ministro da Fazenda, a única fraqueza da política econômica brasileira é o déficit do setor público, “extremamente elevado sob quaisquer parâmetros internacionais”, que está sendo atacado pelas medidas tomadas pelo governo na semana passada.

Malan reiterou que, além de melhorar as contas públicas, essas medidas vão reduzir o déficit em conta corrente (soma dos resultados da balança comercial e da conta de serviços) dos atuais 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para um nível pouco superior a 3% em 1998.